

## CAPÍTULO I

# Um pouco de teoria e de história:

as origens da “consciência negra”

Treze de maio, traição, liberdade sem asas fome sem  
pão.  
Treze de maio – já dia 14 a resposta gritante: pedir,  
servir, calar.  
Os brancos não fizeram mais  
que meia obrigação.  
[...]  
nem com pergaminho nem pena de ninho nem  
cofre de ouro nem com lei de ouro.

Oliveira da Silveira<sup>6</sup>

## 1.1 DEVEMOS FALAR SOBRE O RACISMO, AINDA

Enquanto tema, o racismo tem sido objeto de crescente interesse em pesquisas diversas atualmente. De acordo com o reconhecido estudioso do assunto, Michel Wieviorka, apesar de o termo ser novo (dicionarizado em francês pela primeira vez em 1932, segundo o autor), o fenômeno que esta palavra representa remonta às civilizações egípcias e gregas, por exemplo, e não constitui nenhuma novidade às relações humanas.

Apesar de sua longa existência, depois dos horrores do nazismo europeu, do *apartheid* sul-africano e do vergonhoso apoio científico à existência de “raças” humanas superiores, em meados do século XX “havia indícios de que o racismo caminhava para seu fim”.<sup>7</sup>

---

<sup>6</sup> Silveira (2010).

<sup>7</sup> Wieviorka (2007, p. 11).

Entretanto, o que se viu surgir foi o chamado “novo racismo”<sup>8</sup> sempre constituído, cabe dizer, por e no âmbito dos discursos. Com efeito, atesta-se

a passagem do racismo clássico, científico, para um racismo “novo”, “cultural”, “diferencialista”, “simbólico”. Um assim chamado *neoracismo*, que parece afastar o princípio da hierarquia biológica em um suposto proveito da diversidade cultural. Esse novo discurso racista se legitimaria não pela desigualdade de “raças”, mas sim pela ideia de incompatibilidade entre elementos culturais, nacionais, étnicos e outros.<sup>9</sup>

Em sua nova roupagem, o racismo se diluiu em instâncias sociais que antes parecia não ocupar, ainda segundo o autor, pois não se trata mais, na maioria dos casos, da “distância radical, como foram os casos de colonização, mas de grupos humanos destinados a viver em uma mesma unidade econômica, política ou social”,<sup>10</sup> sob a ilusória crença de que todos são iguais. O racismo estaria, assim, tão próximo e tão imiscuído no tecido social (na estrutura da sociedade, como veremos), que já não seria mais tão perceptível, como o fora nos regimes escravagistas de outrora.

Levando essa problemática para os estudos do discurso, as “novas formas” de racismo também são objeto de reflexão de Teun van Dijk, para quem o novo racismo tenta se apresentar como “democrático e respeitável e, portanto, em primeiro lugar, nega-se que seja racismo”.<sup>11</sup>

8 Barker (1981).

9 Wieviorka (2007, p. 36).

10 *Ibid.*, p. 42.

11 Van Dijk (2005, p. 34).

Torna-se muito difícil localizar essa nova dimensão que o racismo tomou na medida em que ele não mais opera, pelo menos explicitamente, a partir da ideia de que as minorias étnicas corresponderiam a “raças” menos evoluídas, conforme já comentado. Nesse novo cenário, em diferentes regiões do mundo, as chamadas minorias não são biologicamente inferiores, mas “apenas diferentes”, de acordo com Van Dijk. Para o autor, a natureza sutil dessa reconfiguração leva o assim chamado novo racismo a estar tranquilamente presente em conversas diárias, reuniões de conselhos de gestão, entrevistas de emprego, políticas, leis, debates parlamentares, propaganda política, livros didáticos, artigos acadêmicos, filmes, programas de televisão e notícias na imprensa, entre outras centenas de gêneros. Falas racistas passam a ser consideradas meras palavras, longe da violência aberta e da segregação ativa do “antigo” racismo. Ainda assim, continuam igualmente eficazes em marginalizar e excluir minorias. Elas podem até fazer mais danos, especialmente porque aqueles que se encontram nesse tipo de discurso e interação as acham completamente “normais”, “naturais”, parte do “senso comum”.<sup>12</sup>

Saindo do contexto geral, mundial, para tratar do contexto brasileiro, fortemente marcado, num primeiro momento, pelo genocídio dos povos indígenas e pelo regime escravagista, e, em um segundo momento, pela massiva presença de imigrantes de diversas nacionalidades, observa-se que a convivência entre povos e culturas diferentes faz parte da constituição da identidade nacional. Esse ambiente multicultural tem sido apontado como diferenciador e condicionante do funcionamento do racismo nestas terras.

Haveria, nesse sentido, um tipo de racismo genuinamente brasileiro. O polêmico antropólogo Antônio Risério, por exemplo, comparando dois países em que a questão racial é o cerne de muitos problemas discutidos no âmbito político, Estados Unidos e Brasil,

12 Van Dijk (2005, p. 35-36, tradução minha).

aponta que neste último nunca houve a instalação de três banheiros públicos (um para homens brancos, um para mulheres brancas e outro para negros, independentemente do gênero), nem a organização de sociedades como a *Ku Klux Klan*, ou mesmo a proibição de casamentos interétnicos (que vigorou nos EUA até 1967), mas, por outro lado, houve em nosso país uma maior penetração da religião e dos idiomas africanos.<sup>13</sup>

Em defesa dessas afirmações, o autor cita a presença significativa de religiões como a umbanda e o candomblé em terras brasileiras e a ausência quase total dessas vertentes religiosas na América do Norte. Sobre a influência de línguas africanas nos dois países, ele cita, comparativamente, a raridade de palavras de algum idioma africano na língua inglesa e, por outro lado, a presença massiva, no português brasileiro, de termos que vieram do outro lado do Atlântico. À guisa de ilustração, Risério cita que a influência de troncos linguísticos como o banto se deu em áreas diversas, em termos ligados não somente à religião, como também à culinária, dança, música etc., como “capoeira”, “berimbau”, “acarajé” e até mesmo na assimilação de expressões idiomáticas como “fazer a cabeça” (convencer, induzir) e “cabeça feita” (alguém lúcido, razoável).<sup>14</sup>

Embora o antropólogo baiano seja crítico ao Movimento Negro brasileiro, ele esclarece que não apresenta os dados mencionados como base para o argumento de que não existe ou é menor o racismo no Brasil. Pelo contrário, ele tenta mostrar que há diferenças marcantes na questão racial desses dois países, muito embora sociólogos e antropólogos nacionais tenham, por muito tempo, promovido uma “importação conceitual racista, transplantando para nosso ambiente a classificação binária dos EUA”.<sup>15</sup> Por consequência, os conceitos e métodos norte-americanos seriam

13 Risério (2007, p. 18).

14 *Ibid.*, p. 253-254.

15 *Ibid.*, p. 19.

insuficientes para a abordagem do racismo abaixo do equador, na perspectiva desse autor.

Apesar de divergir de Risério em vários pontos, concordo com a necessidade de dirigir um olhar brasileiro às práticas racistas em funcionamento por aqui e, se possível, privilegiar a análise de objetos e problemas que partam das relações de poder e de opinião que se dão em nosso espaço social. Assim, o surgimento e a circulação da expressão “consciência negra” parece compor o percurso ideal para apreender as especificidades do racismo e do antirracismo no país.

Considerando as particularidades das práticas racistas no país, o aspecto que mais chama a atenção de quem se propõe a estudar o racismo brasileiro, conforme problematizou-se na introdução, é a cegueira social que afirma não existir racismo no Brasil.

Esse discurso se materializa, de certo modo, no chamado “mito da democracia racial”, que foi considerado por muitos intelectuais como fundador da identidade nacional<sup>16</sup> e erroneamente atribuído<sup>17</sup> a Gilberto Freyre, autor de *Casa-grande e senzala*.<sup>18</sup> Citando um trabalho de Tuna,<sup>19</sup> a linguista Ana Raquel Motta considera um simulacro a respeito de Gilberto Freyre dizer que sua obra conta a história do Brasil como uma história de “miscigenação harmoniosa” ou totalmente “pacífica”. Ainda assim, a autora reconhece que “o discurso que ela [a expressão “democracia racial”] mobiliza é tradicionalmente associado à obra do sociólogo”.<sup>20</sup>

Aqueles que defendem essa crença de haver aqui um “paraíso racial” citam dois recorrentes estereótipos pelos quais o Brasil é conhecido, principalmente no exterior: “país do samba” e “país do carnaval”. Em ambas as expressões a figura do negro –

16 Azevedo (1953), Skidmore (1974).

17 Um estudo sobre a circulação de “democracia racial” e do sintagma “mito da democracia racial” pode ser encontrado em Guimarães (2006).

18 Freyre (1933).

19 Tuna ([2003] 2020).

20 Motta (2009, p. 95).

representada pelos cantores-sambistas, pelas rodopiantes anciãs na ala das “baianas” e pelas formosas rainhas da bateria – ocupa posição central.

Outro fato linguístico-discursivo desse tipo é o sentido corrente da palavra “brasilidade” como significando “não branco”, observável, por exemplo, no veredito do júri do concurso Miss Brasil 2017 ao premiar a terceira negra na história do concurso, Monalysa Alcântara, dizendo que, além da beleza, a candidata tinha “brasilidade”.<sup>21</sup>

Longe dessa suposta boa convivência étnica, entretanto, notícias sobre práticas racistas alcançam as manchetes nacionais cotidianamente, manchando a imagem de “paraíso tropical” e desfazendo a ideia de “miscigenação pacífica” na pintura que ilustraria a identidade brasileira. A esse respeito, vale a pena relembrar alguns casos emblemáticos.

A jornalista Maria Júlia Coutinho, por exemplo, ao começar a atuar como uma das apresentadoras do telejornal de maior audiência no país, foi vítima de insultos nas redes sociais devido à cor de sua pele<sup>22</sup> – no Brasil, raramente há negros como apresentadores de programas jornalísticos de conglomerados da informação. Cabe lembrar, aliás, que muitos anos antes das agressões à Maria Júlia, a jornalista Glória Maria, da mesma emissora de televisão, relata ter sofrido diversos episódios de racismo.<sup>23</sup>

Outra triste constatação frequente são os relatos de recusa de taxistas e motoristas de aplicativos a pararem para negros, con-

21 Hiar, R. Candidata do Piauí vence o Miss Brasil. *Folha de S.Paulo*, 20 ago. 2017. Disponível em: <https://goo.gl/v4SHJC>. Acesso em: 12 ago. 2023.

22 Publicação não assinada. Comentários racistas contra Maju, do JN, causam revolta nas redes sociais. *Hoje em Dia*. Primeiro Plano, jul. 2015. Disponível em: <https://www.hojeemdia.com.br/comentarios-racistas-contramaju-do-jn-causam-revolta-nas-redes-sociais-1.313405>. Acesso em: 12 ago. 2023.

23 Bordalo, J. M. Em sua primeira participação no roda viva Glória Maria fala sobre preconceito. *Gaúcha Zero Hora*, 15 mar. 2022. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/tv/noticia/2022/03/em-sua-primeira-participacao-no-roda-viva-gloria-maria-fala-sobre-preconceito-nada-blinda-preto-de-racismo-cl0s6juws002901iwmylcwyo8.html>. Acesso em: 12 dez. 2023.

forme experiência divulgada pelo *rapper* Emicida<sup>24</sup> e a denúncia feita pela estudante de jornalismo e finalista do concurso de Beleza Negra, Deusa do Êbano 2023, Caroline Xavier.<sup>25</sup>

Há, ainda, casos gravíssimos, que levaram suas vítimas a óbito, como o pedreiro Amarildo de Souza, torturado e executado por policiais do Rio de Janeiro, na favela da Rocinha,<sup>26</sup> e o fato mencionado no início deste livro, a morte do mecânico e soldador João Alberto Silveira Freitas, espancado e asfixiado em uma unidade do Carrefour em Porto Alegre-RS, em novembro de 2020, colocando esses brasileiros nas estatísticas que indicam que mais de 77% das vítimas de homicídios no Brasil são negros.<sup>27</sup>

De acordo com os dados do Mapa da Violência,<sup>28</sup> a população negra corresponde a maioria (78,9%) dos indivíduos com mais chances de serem vítimas de homicídios. E a situação das mulheres negras é ainda pior: enquanto a mortalidade de não negras (brancas, amarelas e indígenas) caiu 7,4% na última década, entre as mulheres negras o índice subiu 22% no mesmo período.

Apesar dessas notícias desoladoras, há que se reconhecer algumas conquistas que apontam para um cenário um pouco menos assustador (mas não menos complexo), como o crescente estabelecimento de políticas de cotas para afrodescendentes em vestibulares e concursos públicos, conquista recente, mas que ainda enfrenta obstáculos para implantação; o fortalecimento de eventos como os concursos de *Beleza Negra* e a maior feira latino-americana de cultura afro, a *Feira Preta*, que acontece na cidade

24 Publicação não assinada. Dois negros e a recusa de um taxista: aconteceu com Emicida. *Revista Fórum*, 23 jul. 2015. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/news/2015/7/23/dois-negros-recusa-de-um-taxista-aconteceu-com-emicida-13370.html>. Acesso em: 12 ago. 2023.

25 Bonfim, L. Motorista por app se recusa a levar candidata a Deusa do Êbano à sede do Ilê Aiyê. *Bahia Notícias*, 27 jan. 2023. Disponível em: [bit.ly/47RO3Dz](https://bit.ly/47RO3Dz). Acesso em: 22 ago. 2023.

26 Costa, L. M. A banalidade do mal. *Observatório da Imprensa*, 23 out. 2013. Disponível em: <https://goo.gl/WPm25m>. Acesso em: 12 ago. 2023.

27 Publicação não assinada. Jovem negro vivo (campanha). *CDHPF*, 23 jan. 2027. Disponível em: <https://cdhpf.org.br/campanhas/jovem-negro-vivo/>. Acesso em: 12 dez. 2023.

28 Oliveira, C. Atlas da violência 2017. *Carta Capital*, 5 maio 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/atlas-da-violencia-2017-negros-e-jovens-sao-as-maiores-vitimas/>. Acesso em: 12 dez. 2023.

de São Paulo; concursos de cultura e arte negra; uma universidade que se autodenomina *universidade negra*, a primeira da América Latina e uma das únicas no mundo idealizada, gerida e voltada ao público negro, a UniPalmares, em funcionamento desde 2003. Há a Lei n. 7.716, 5 de janeiro de 1989, conhecida como “Lei do Crime Racial”, recentemente atualizada pela Lei 14.532, de 2023, que iguala ao crime de racismo a injúria racial, incluindo os conceitos de racismo esportivo (quando a agressão acontece em um ambiente de prática de esportes), racismo religioso (quando o preconceito e desqualificação se dirigem às religiões afro-brasileiras) e racismo recreativo (quando há ofensas disfarçadas de humor). Ressalte-se, também, o Estatuto da Igualdade Racial, promulgado em 2010, e a Lei 12.519, de 2011, que institui o *Dia Nacional da Consciência Negra*, em homenagem a Zumbi dos Palmares, data também chamada de *Dia do Orgulho Negro*.<sup>29</sup>

Ainda que haja essa ampla discursivização que poderia sugerir uma discreta melhora das condições do negro no espaço social brasileiro, prevalece a invisibilidade de suas demandas. Segundo diversos sociólogos contemporâneos,<sup>30</sup> nem mesmo assumir o racismo como crime soluciona a problemática das práticas racistas, mas apenas a desloca, diluindo-a na seara das interações individuais cotidianas, o que leva a pensar que o racismo circulante na sociedade é algo fluido, inapreensível, e que a única forma de combatê-lo é punindo o indivíduo racista.

Essa fluidez do racismo foi apontada por Van Dijk<sup>31</sup> como uma característica marcante das práticas sociais contemporâneas – uma lamentável exceção é o ressurgimento de grupos que apregoam a “supremacia branca”, conforme se observou nas manifestações racistas em Charlottesville, EUA, em agosto de 2017, durante o governo de Donald Trump como Presidente daquele

29 As formulações em itálico neste parágrafo (“beleza negra”, “arte negra”, “orgulho negro”, além de outras como “negritude”) são traços essenciais no desenho de “consciência negra”, como se verá.

30 Guimarães (2009), Schwarcz (2012), por exemplo.

31 Van Dijk (2008).



país, e o crescimento de grupos com o mesmo viés no Brasil, em meados de 2021, conforme aponta o trabalho da pesquisadora Adriana Dias.<sup>32</sup>

Uma evidência da dificuldade em se compreender plenamente os malefícios do racismo é a constatação de que as desigualdades na interação diária com os indígenas e com os negros têm sido atribuídas à classe social e não à questão racial, o que é um grave empecilho para que se investigue profundamente as raízes da desigualdade de classe e de pobreza. Para Van Dijk,

racismo é essencialmente um sistema de dominação e de produção de desigualdade social. Na Europa, nas Américas e na Austrália, isso significa que uma maioria (e, às vezes, uma minoria) “branca” domina minorias não europeias. A dominação, por sua vez, se define como um abuso de poder e de um grupo sobre outro e está representada por dois sistemas inter-relacionados de práticas sociais e cognitivas diárias: de um lado, por várias formas de discriminação, marginalização, exclusão ou problematização; de outro, por crenças, atitudes e ideologias preconceituosas e estereotipadas. Estas últimas podem ser consideradas, de muitas maneiras, “razões” ou “motivos” para explicar ou legitimar as primeiras.<sup>33</sup>

Nesse aspecto, concordo com o autor holandês, para quem “muitas práticas de racismo cotidiano [...] precisam ser explicadas

32 Souza, T. Bolsonaro e o crescimento de supremacistas brancos no Brasil. *Jornal Esquerda Online*, 2 abr. 2021. Disponível em: [bit.ly/3L0R5LZ](https://bit.ly/3L0R5LZ). Acesso em: 8 ago. 2023.

33 Van Dijk (2015, p. 33).

discursivamente, tendo em vista o papel do discurso na reprodução dessas práticas”.<sup>34</sup>

Ainda assim, acrescento a essa reflexão a definição de racismo proposta pela pesquisadora Grada Kilomba e a noção de racismo estrutural discutida por Silvio Almeida, ambos autores essenciais para a compressão da amplitude destrutiva do racismo na contemporaneidade.

A contribuição de Kilomba, por exemplo, permite o escrutínio das práticas sociais, observando-as a partir da perspectiva daqueles que sofrem o racismo. A autora propõe compreender o racismo por meio de

três características simultâneas: primeiro, a construção da diferença. Alguém só se torna “diferente” porque esse alguém “difere” de um grupo que tem o poder de se definir como a norma – a norma branca. [...] Em segundo lugar, essas diferenças construídas estão inseparavelmente ligadas a valores hierárquicos. Não só o indivíduo é visto como “diferente”, mas também esta diferença é articulada por meio do estigma, da desonra e da inferioridade. [...] Finalmente, ambos os processos são acompanhados por poder – poder histórico, político, social e econômico. É a combinação de preconceitos e poder que forma o racismo.<sup>35</sup>

34 Van Dijk (2008, p. 17).

35 Three simultaneous features: first, the construction of difference. One only becomes ‘different’ because one ‘differs’ from a group who has the power to define itself as the norm – the white norm. [...] Second, these constructed differences are inseparably linked to hierarchical values. Not only is the individual seen as ‘different’, but also this difference is articulated through stigma, dishonor and inferiority. [...] Finally, both processes are accompanied by power – historical, political, social and economic power. It is the combinations of both prejudice and power that form racism (Kilomba, 2008, p. 42, tradução minha).

Para além do racismo, a reflexão proposta sobre a construção da diferença é extremamente útil para o estudo de outras formas de intolerância, como a aporofobia, a homofobia, a misoginia e o discurso de ódio.<sup>36</sup>

No trabalho de Almeida, o enfoque é muito próximo ao explorado neste livro, no sentido de procurar entender o racismo em sua dimensão oculta, subterrânea e não apenas em suas manifestações explícitas (o que não significa que o racismo estrutural deixe de ter consequências notórias). Depois de distinguir o racismo institucional e o individual, o autor brasileiro explica que

o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é a regra e não a exceção. [...] Nesse caso, além de medidas que coíbam o racismo individual e institucionalmente, torna-se imperativo refletir sobre mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas.<sup>37</sup>

Nesse raciocínio, destaca-se o chamamento para refletir sobre as relações sociais na tarefa de desvendar todas as facetas do racismo, uma vez que esse fenômeno implica “um processo de constituição de subjetividades” em que “a consciência e os afetos dos indivíduos estejam de algum modo conectados com as práticas sociais”, de tal forma que os atores sociais “considerem normal e

---

36 Oliveira (2021).

37 Almeida (2018, p. 38-39).

natural que haja ‘brancos’ e ‘não brancos’” em um sistema em que os primeiros sejam naturalmente superiores aos segundos,<sup>38</sup> o que nos leva à hierarquização nefasta apontada por Kilomba.

O discurso, sem qualquer dúvida, é o fio que une todos esses processos, especialmente a naturalização das práticas racistas.

Em outras palavras, a partir desta perspectiva, aqui mobilizadas no quadro da análise do discurso de tradição francesa, entendemos que o racismo opera a partir de relações que são fundamentalmente discursivas, que derivam do funcionamento de uma memória interdiscursiva atravessada pelo condicionamento histórico de práticas que atualizam o racismo, ainda que revestido de nova aparência ou de uma suposta naturalidade, conforme veremos nas análises ao longo deste livro.

Na conjunção desses aspectos, reforça-se a ideia de que

as práticas discursivas não são monolíticas e uniformes; sua heterogeneidade é constitutiva: as práticas discursivas delimitam-se no encontro, no confronto com outras práticas discursivas, e é dessa dinâmica que revelam os discursos. No interdiscurso, dizeres contemporâneos, que se compõem irredutivelmente também de sua historicidade, tocam-se, contagiam-se, repelem-se, distorcem-se, interpenetram-se [...].<sup>39</sup>

É em meio a práticas discursivas relativas ao funcionamento do racismo no Brasil, ainda que negado ou diluído, que a expressão “consciência negra” deixa de ser apenas uma unidade linguística cristalizada e começa a se tornar uma fórmula discursiva, ou seja, passa a abrigar disputas por sentidos, enquanto circula pelo espaço público brasileiro.

38 Almeida (2018, p. 41).

39 Salgado (2015, p. 184-185).

O sintagma “consciência negra” começa a circular fundamentalmente nos anos 1970 e apenas décadas depois é alçado à condição de fórmula discursiva, suscitando polêmicas variadas, conforme veremos no tópico seguinte.

## 1.2 A EXPRESSÃO “CONSCIÊNCIA NEGRA” ANTES DA FÓRMULA “CONSCIÊNCIA NEGRA”

De acordo com a estudiosa em linguística Krieg-Planque, não raro a palavra ou sintagma já existe e circula antes de se transformar em uma fórmula discursiva. Assim, o que leitor ou o analista de discurso deve buscar não é uma nova forma (uma nova palavra), mas sim um uso particular, ou uma série de usos, por meio dos quais a mesma palavra ou sintagma assume um estatuto especial e passa a funcionar de maneira peculiar em relação aos usos anteriores, por exemplo, começa a ser discutida, recusada, ressignificada etc.<sup>40</sup>

A autora mencionada define a fórmula discursiva como uma palavra (ou termo, nominalização, expressão, sintagma, *slogan*) que sintetiza e cristaliza questões sociopolíticas em uma determinada época e em um determinado espaço público, tendo como uma de suas principais características ser objeto de polêmicas.<sup>41</sup> A partir dessa conceituação, ganha relevo o papel crucial da fórmula em captar e disseminar discursos específicos, o que, aliado ao fato de circular por diversos campos discursivos, faz dela um instrumento decisivo na construção da opinião no espaço público.

No caso de “consciência negra”, a origem dessa expressão mostra-se incerta: alguns textos apontam para as ocorrências de *black consciousness* na África do Sul, durante o *apartheid* nos anos 1970 e 1980. Outros, de acordo com os excertos encontrados

<sup>40</sup> Krieg-Planque (2010, p. 82).

<sup>41</sup> *Ibid.*, p. 61.

durante a pesquisa, defendem que é um sintagma legitimamente brasileiro, uma vez que aparece em textos de um grupo de militantes contra o racismo no Rio Grande do Sul, no final dos anos 1960 – portanto, anterior ao ápice do *apartheid*.

Se se tratasse de encontrar um marco cronológico, deveria ser levado em consideração um germen das discussões em torno da existência de uma consciência negra já na década de 1920, sob influência do campo artístico, conforme aventado por Florestan Fernandes: “O movimento modernista trouxe sua contribuição para a criação de uma consciência que possibilitasse a organização de um movimento de negros fornecendo temas para a poesia e pintura”.<sup>42</sup>

Mais um indício das origens do Movimento da Consciência Negra (doravante MCN), cuja personalidade celebrada é o líder negro Zumbi dos Palmares, pode ser encontrado no discurso de Oswald de Andrade, na então Frente Negra Brasileira, em 1937:

Negros, a vossa alma está sempre com Zumbi dos Palmares. Vindes do fundo lóbrego do Navio Negreiro e hoje fazeis parte da população mesclada de outro navio de escravos [...]. E como ainda hoje vos indicam as fornalhas do trabalho e os duros serviços da tripulação, tomai o rumo luminoso de Castro Alves, que atingireis os portos da liberdade. E recusai, como Zumbi, com o preço da própria vida, o clima infernal de qualquer escravidão.<sup>43</sup>

De volta ao Rio Grande do Sul, nos anos 1960, a figura do professor, poeta e militante negro gaúcho Oliveira da Silveira é constante em textos que tratam do Dia da Consciência Negra e do

42 Fernandes (1964, p. 74).

43 Risério (2007, p. 357).

próprio Movimento Negro (doravante MN), tal como se apresenta hoje em dia.

Silveira foi o líder do Grupo Palmares e fomentou um “processo interno de reconhecimento da negritude”,<sup>44</sup> que implicava uma nova concepção da posição social que os negros ocupavam, muito mais conscientes das injustiças que lhes foram perpetradas e, principalmente, conscientes de que cabia a eles lutar por melhores condições de vida. Esse processo de conscientização dizia (e ainda diz) respeito à aceitação do negro em relação à cor de sua pele, ao seu cabelo crespo, às suas crenças e práticas de matriz africana. Essa organização do MN acontece em um período difícil para reuniões de cunho político-ideológico, pois a sociedade brasileira se encontrava dominada pela ditadura militar (período de exceção vivido entre 1964 e 1985). Talvez justamente por isso o espaço social tenha se tornado propício ao surgimento de forças resistentes à dureza imposta pelo regime. Assim, o Grupo Palmares pode ser compreendido como “um novo sujeito coletivo e político que, juntamente com os outros movimentos sociais, emergiu na década de 70 no cenário brasileiro”.<sup>45</sup>

A principal pauta das reuniões, de acordo com textos do próprio Oliveira da Silveira, era o fato de que a data comemorada pelo aniversário da Abolição da Escravatura, 13 de maio, não representava a liberdade dos negros. Nesta data, celebra-se a assinatura da Lei Áurea, em 1888, pelas mãos da princesa Isabel, filha do imperador Dom Pedro II, tornando o Brasil o último país das Américas a abolir o regime escravagista.

O treze não satisfazia, não havia por que comemorá-lo. A abolição só havia abolido no papel; a lei não determinara medidas concretas, práticas, palpáveis em favor do negro. [...] Dentre os conteúdos estudados,

44 Alberti (2007, p. 240).

45 Gomes (2011, p. 135).

o Quilombo de Palmares cada vez mais se destacava como marcante na trajetória do negro no Brasil. Sob essa perspectiva, entre os textos estudados para pensar a história de Palmares estão o fascículo Zumbi, o n. 6 na série Grandes Personagens da Nossa História, da Abril Cultural [...]. E lá estava o dia 20 de novembro de 1695, data da morte heroica de Zumbi, último rei e líder dos Palmares.<sup>46</sup>

Em consequência dessas reuniões, cujas primeiras publicações datam de 1969, o dia 20 de novembro como “data negra” foi lançado nacionalmente em 1971 pelo Grupo Palmares, em Porto Alegre-RS. Posteriormente, aparece no Manifesto do Movimento Negro Unificado publicado em 1978.

Todavia, as ocorrências de “consciência negra” permaneceram praticamente desconhecidas por quarenta e dois anos, exceto em nichos específicos. Provavelmente, apareceram em inúmeros textos desde então, mas não funcionavam como fórmulas discursivas, tal como na concepção de Krieg-Planque, uma vez que a formulação não atingiu as grandes mídias da época, nem se tornou conhecida pela população em geral. Em outras palavras, “consciência negra” ainda não era um referente social na dimensão que se espera de uma fórmula.

Um passo relevante para o alçamento de “consciência negra” a um patamar de ampla circulação na esfera pública foi dado pela Lei 10.639, sancionada pelo então presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva, em janeiro de 2003, que incluía o dia 20 de novembro como data comemorativa no calendário escolar, juntamente com a obrigatoriedade, no currículo escolar, do ensino de História e cultura afro-brasileira.

---

46 Silveira (2003, p. 24-25).



A lei, entretanto, não chegou a ter visibilidade nacional, embora algumas polêmicas localizadas começassem a surgir. Na verdade, um ano antes, algumas cidades já haviam instituído o Dia da Consciência Negra em instância municipal, como é o caso de Campinas, em 2002, o que causou uma controvérsia envolvendo o então reitor da Universidade Estadual de Campinas, Carlos Henrique de Brito Cruz, que se recusou a suspender as atividades no dia 20 de novembro daquele ano. Em consequência disso, o coordenador municipal de Assuntos da Comunidade Negra veio a público defender a importância da data, tal como noticiado no seguinte excerto:

(1) Para o Coordenador Municipal, Mário Marcelo Ramos, o feriado coroa o reconhecimento nacional sobre a importância dos negros na história do País. Ele comentou que Campinas foi a mais repressora e racista cidade brasileira durante a escravidão. De acordo com Ramos, 4,5 mil negros viviam em Campinas em 1870 como escravos, o dobro da população local. Três anos mais tarde, o número havia triplicado, atingindo 14,2 mil escravos. A cidade era o motor da economia agrícola do País e era conhecida como “a cidade dos negros”, comentou. Ainda hoje, conforme o coordenador, 54% dos cerca de um milhão de moradores de Campinas são afrodescendentes. [...] Ramos admite que muitos moradores desconhecem a que a data se refere.<sup>47</sup>

Embora tenha havido polêmicas localizadas durante esse período, não é possível afirmar que “consciência negra” já funcionava como fórmula discursiva. Até mesmo o funcionário público e ativista citado na reportagem reconhece que “muitos moradores desconhecem a que a data se refere” – publicização que, atualmente, o sintagma alcançou de forma plena.

47 Publicação não assinada. Campinas tem feriado no Dia da Consciência Negra. *O Estado de S. Paulo*, 19 nov. 2002. Disponível em: <https://goo.gl/dBTTrE>. Acesso em: 19 jun. 2023.

Assim, o reconhecimento em todo o território nacional, de fato, só veio em 2011, com a Lei 12.519, pela qual a ex-presidenta Dilma Rousseff instituiu o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, que, embora não seja um feriado nacional obrigatório, reconhece o valor simbólico do dia 20 de novembro. Atualmente, a data é feriado em mais de 800 cidades brasileiras.

Cabe dizer que “consciência negra” não nasce repentinamente como fórmula com a Lei 12.519, mas é fruto de um processo de publicização que levou décadas. Trata-se de um surgimento gradual, com aparições cada vez mais frequentes e que culminam com o sintagma alcançando o *status* de referente social, isto é, de ponto de passagem obrigatório na cena pública. Esse processo pode ser relativamente mais rápido em alguns casos, mas no caso da fórmula estudada, não foi repentino.

Alguns exemplos do reconhecimento do tema Consciência Negra antes de 2011 podem ser citados. Há o caso já citado da cidade de Campinas, no campo político/institucional, e o caso do álbum musical *Consciência Black*, para citar um exemplo do campo artístico/cultural, lançado em 1988, pela banda de rap Racionais MC's. A propósito deste último fato, nota-se que sequer aparece a formulação “consciência negra”, mas sim “black”, talvez uma referência (mais semântica do que musical) à *black music* norte-americana ou mesmo ao Movimento *Black Power*. Também é relevante notar que este álbum e outros com o mesmo nome, lançados nos anos seguintes em forma de coleção, não foram produções comerciais, de amplo alcance, e exibiam na capa os dizeres “edição limitada”.

Em nível internacional, há o caso do Departamento de Estado dos EUA, que publicou uma declaração sobre essa data brasileira em sua página oficial na internet, em 2009.



**Figura 1** Captura de tela da página do Departamento de Estado dos EUA.<sup>48</sup>

No texto referido (Figura 1), há menções a Zumbi dos Palmares e como “sua incansável luta contra a escravidão se tornou um símbolo de liberdade e justiça”. O caráter de referência social é atestado, também, pelo acréscimo do adjetivo gentílico “brasileiro” ao sintagma, transformado em título do texto: *Brazilian Black Consciousness Day* (destaque meu). O contexto político entre Brasil e EUA parece ter contribuído fortemente para a visibilização das demandas do MN nos Estados Unidos, que eram governados, na época da nota, por Barack Obama, enquanto o Palácio do Planalto era ocupado por Luiz Inácio Lula da Silva e suas reconhecidas políticas em favor das minorias.

De qualquer forma, conforme já comentado, a partir de 2011 a circulação da expressão “consciência negra” se intensificou.

<sup>48</sup> Disponível em: <https://2009-2017.state.gov/r/pa/prs/ps/2009/nov/132057.htm>. Acesso em: 22 out. 2023.

Começaram a surgir eventos dedicados à temática evocada pela data, e o sintagma passa a funcionar plenamente como referência social no universo discursivo brasileiro. A partir daí as polêmicas atingem a grande mídia (programas televisivos, jornais e revistas de grande circulação) e seu *status* formulaico vai ganhando espessura.

Funcionar como referente social e ter dimensão polêmica são duas propriedades constitutivas das fórmulas, tal como as concebe Krieg-Planque, que é incisiva ao dizer que “a fórmula não existe sem os usos que a tornam fórmula”.<sup>49</sup> Ser polêmica e ser um referente social são duas faces da mesma moeda: ser um referente social indica que a fórmula é popular, que a maioria absoluta dos falantes da língua em que ela circula sabem (pensam que sabem) o que ela significa, muito embora ela signifique coisas diferentes para diferentes sujeitos e, por isso, ela é polêmica.

### 1.3 INTERINCOMPREENSÃO E A GÊNESE DA FÓRMULA “CONSCIÊNCIA NEGRA”

Embora as fórmulas atravessem diversos campos e apareçam em diferentes discursos e posicionamentos, muitas vezes seu surgimento está associado a um discurso específico, marcado por um posicionamento no seio de uma polêmica.<sup>50</sup>

No caso de “consciência negra”, essa gênese parece ser indissociável da gênese discursiva do MN brasileiro no processo mesmo de constituição da identidade desse movimento e desse discurso. Nesse sentido, a fórmula “consciência negra” e a eleição do dia 20 de novembro como Dia da Consciência Negra, juntamente com o discurso do MN, “nascem” em uma relação de alteridade com seu outro antagonista: o dia 13 de maio (Dia da

49 Krieg-Planque (2010, p. 81).

50 Oliveira (2013).

Abolição da Escravatura) e seu discurso “branco” disfarçado de discurso negro, contraste que será abordado neste tópico.

Traços dessa relação polêmica entre o Dia da Consciência Negra e o Dia da Abolição da Escravatura aparecem em excertos do discurso do MN, como é o caso dos enunciados proferidos originalmente em conferência no Senado Federal por Abdias do Nascimento, nos trechos que seguem:

(02) A propaganda oficial fez desse evento histórico um de seus maiores argumentos em defesa da suposta tolerância dos portugueses e dos brasileiros brancos em relação aos negros, apresentando a Abolição da Escravatura como fruto da bondade e do humanitarismo de uma princesa.

(03) A tentativa de vender a abolição como produto da benevolência de uma princesa branca é parte de um quadro maior, que inclui outras fantasias [...].<sup>51</sup>

Abdias do Nascimento foi um dos grandes ativistas do MN brasileiro, tendo trabalhado como senador, deputado, escultor, ator e fundador do Teatro Experimental Negro (chegou a viver exilado entre 1968 e 1981, durante a ditadura militar). De acordo com o site Geledés,<sup>52</sup> o senador, em seu livro *O genocídio do povo negro brasileiro* (publicado em 1978 e relançado em 2018, em comemoração aos 40 anos da obra), argumenta que não era apenas a alta taxa de homicídios da população negra no Brasil que o preocupava, mas a extinção dos valores culturais de todo um povo.

Em seu livro, Nascimento cita, por exemplo, que houve uma política de Estado de repressão às religiões de matrizes africanas, que foram e são o esteio de muitas expressões culturais. Já

51 Nascimento ([1998] 2020, p. 12).

52 Artigo não assinado. Há 40 anos, livro de Abdias Nascimento denunciava violência contra a população negra do Brasil. *Geledés*, 10 mar. 2018. Disponível em: <https://goo.gl/Kqhvtq>. Acesso em: 30 mar. 2023.

naquele tempo, o autor denunciava práticas dissimuladas relacionadas a estereótipos que aproximavam a população negra da criminalidade ou mesmo a instauração e manutenção dos discursos que colocam o homem branco, enquanto posição de poder (o Imperador, a princesa e, posteriormente, o Estado), como salvador benevolente.<sup>53</sup>

No caso dos enunciados em (02) e (03), esses fragmentos são exemplos de como a predicação do dia popularmente conhecido no Brasil como “libertação dos escravos” é produzida a partir da perspectiva do MN: a abolição é nomeada como “fantasia”, “fruto da suposta bondade-humanitarismo-benevolência” de uma “princesa branca”. Além disso, a tolerância que os brancos nutrem pelos negros é apenas “suposta”, o que permite inferir que não era (e não é) genuína. Em outro trecho de sua fala, o senador chama a abolição da escravatura de “mentira histórica”.

Outros fragmentos desse mesmo discurso (da mesma “grande semântica”, um conceito de Dominique Maingueneau que será explicado nas próximas páginas) também aparecem em um poema de Silveira, intitulado *Treze de Maio*:<sup>54</sup>

(04) Treze de maio, traição / liberdade sem asas / fome sem pão.

No poema, a data comemorativa é retomada como “traição”, uma vez que os escravizados recém-libertos não receberam nada com que pudessem começar suas vidas fora da senzala, ao contrário dos negros estadunidenses, por exemplo, que receberam pequenos lotes de terra com os quais podiam ao menos subsistir. Nesse sentido, o poema denuncia a contradição de dar liberdade “sem asas”, ou seja, falsa, nula, assim como a suposta bondade que consistiu em abandonar os ex-trabalhadores, deixando-os sem

53 Nascimento (1978, p. 101).

54 Hofbauer (2006, p. 390).

recursos para se alimentarem, numa situação insolúvel descrita como “fome sem pão”.

Para entender a importância da relação polêmica na constituição da identidade de todos os tipos de discurso, convém considerar o que o pesquisador francês, linguista e analista do discurso, Dominique Maingueneau chama de *interincompreensão constitutiva*, um desdobramento da semântica global que caracteriza os discursos.<sup>55</sup>

O funcionamento desse aparato teórico pode parecer complexo a uma primeira leitura, mas, além da explicação nos próximos parágrafos, o leitor poderá ir diretamente ao final do capítulo III para visualizar um exemplo concreto de “grade semântica” (Quadro 3, tópico 3.4) com as características da identidade discursiva dos dois discursos em questão (discurso racista e discurso antirracista, este último também chamado de discurso negro ou discurso da consciência negra). Ao longo deste e dos demais capítulos, haverá exemplos ilustrativos, acompanhados de análises, para tornar o mais claro possível o entendimento desse processo de constituição de sentidos.

Antes de passar à teoria propriamente dita, talvez seja útil apresentar resumidamente alguns conceitos, à guisa de um brevíssimo glossário, para mantermos no horizonte essas definições enquanto vamos conhecendo a teoria. Trata-se de termos que aparecerão em quase todos os capítulos do livro: interincompreensão, grade semântica, sema e simulacro.

Por “interincompreensão”, podemos entender uma relação de incompreensão mútua entre dois discursos. Por “grade semântica”, podemos entender um conjunto de traços caracterizadores de um discurso. Esses traços, por sua vez, são unidades de sentido denominadas “semas”, isto é, um “sema” é o núcleo semântico daquele traço específico. Um mesmo sema pode se materializar em diversas palavras, desde que os sentidos sejam os mesmos,

55 Maingueneau ([1984] 2008a).

determinados pelo sema correspondente, dentro de uma grade semântica específica. É por conta da importância dada ao processo de produção de sentidos a partir do emprego das palavras (e não das palavras em si mesmas), que o mecanismo todo recebe o adjetivo “semântico”, ou seja, relativo aos sentidos. O conjunto de semas de um discurso pode ser visto como a cadeia de DNA daquele discurso, pois determina sua “genética”, por assim dizer, os traços que constituem a sua identidade.

Por fim, a partir de um sema, um hipotético discurso “A” produz constantemente simulacros dos traços caracterizadores do discurso “B”. Um simulacro é uma imagem distorcida dos elementos identificadores do discurso “B”, com um detalhe: o discurso “B” jamais se reconhece como sendo possuidor daquela característica que “A” lhe atribui e, por sua vez, “B” também produz simulacros de “A”, por isso a relação é de “inter” incompreensão mútua.

Após essa breve apresentação, voltando às considerações originais de Maingueneau, o pesquisador propõe não haver lugar para a oposição entre “superfície” e “profundidade” do discurso, em que “residiria” sua especificidade, mas a identidade discursiva estaria disseminada por todos os planos, tanto na ordem do enunciado quanto na da enunciação, tanto no polo de produção quanto no de recepção:

A enunciação não tem só um “acima”, ela tem também um “abaixo”, a saber, as *condições de emprego* dos textos do discurso. Pode-se mesmo dizer que essa distinção entre acima e abaixo não opõe realidades independentes: a maneira pela qual o texto é produzido e pela qual é consumido estão ligadas.<sup>56</sup>

56 Maingueneau ([1984] 2008a, p. 134).



Em consequência dessa relação de produção, recepção e confronto entre os discursos, a identidade discursiva é definida a partir da interdiscursividade, o que significa entender o interdiscurso como tendo primazia sobre os discursos, ou seja, estes últimos não se constituem independentemente de outros discursos, para serem depois postos em relação, “mas eles se formam de maneira regulada no interior do interdiscurso”.<sup>57</sup> Essa é uma das razões pelas quais a relação interdiscursiva se manifesta muito frequentemente como polêmica, uma vez que a própria gênese dos discursos acontece num processo de incompatibilidade radical, conceitualmente denominado *interincompreensão*: uma certa interação se efetua com base na filtragem recíproca com grades semânticas distintas. Assim, a relação polêmica “baseia-se numa dupla bipartição: cada polo discursivo recusa o outro, como derivando de seu próprio registro negativo, de maneira a melhor reafirmar a validade de seu registro positivo”.<sup>58</sup>

Nesse sentido, pode-se dizer que, junto com um discurso, nasce também seu antagonista, aquele que ele deve negar para poder existir – mais detalhes dessa relação mutuamente constitutiva serão apresentados no já comentado Quadro 3 (no final do capítulo III), que representa os principais traços da grade semântica que caracterizam a identidade do discurso da consciência negra e de seu antagonista, o discurso racista.

Em acréscimo a essa conceituação, Maingueneau ressalta a importância de não se compreender o discurso somente como um conjunto de textos, mas como uma prática discursiva, por meio da qual o sistema de restrições semânticas torna os textos compatíveis com a rede institucional de um grupo, que a enunciação ao mesmo tempo supõe e torna possível.<sup>59</sup> Em conformidade com isso, a prática discursiva também pode ser compreendida, de maneira mais abrangente, como uma prática intersemiótica que integra

57 Maingueneau ([1984] 2008a, p. 21).

58 *Ibid.*, p. 64.

59 *Ibid.*, p. 23.

produções pertencentes a outros domínios semióticos além do verbal (como o pictórico, o musical etc.); dessa forma, “o mesmo sistema de restrições que funda a existência do discurso pode ser igualmente pertinente para esses outros domínios”.<sup>60</sup> A prática intersemiótica deve ser considerada, em consequência, como a manifestação de uma mesma semântica em outros planos que não o estritamente linguístico-textual, como pinturas e fotografias, por exemplo.

Essas propostas serão mobilizadas novamente nos capítulos seguintes a propósito da análise de imagens veiculadas nos jornais *Folha de S.Paulo* e *Estado de S.Paulo*. Por ora, explora-se a relação conflituosa entre os discursos representados pelo 20 de novembro e pelo 13 de maio, mostrando como o conceito de interincompreensão é essencial para ajudar a compreender o processo de produção de sentidos em um caso que se mostra exemplar na relação polêmica entre os discursos analisados. Trata-se de uma pintura de 1889, retratando a assinatura da Lei Áurea.

---

60 *Ibid.*, p. 23.



**Figura 2** Quadro *A libertação dos escravos*, pintado em 1889.

Fonte: Américo.<sup>61</sup>

Na pintura, elementos visuais como as cores, a localização das figuras no espaço retratado, bem como a posição dos corpos, a indumentária das pessoas e criaturas representadas e até mesmo a evocação de certos símbolos, como a cruz (simbolizando o cristianismo e, por extensão, a presença divina naquele momento) e a tocha de luz (simbolizando a razão e a sabedoria daquele ato), estão submetidos às mesmas restrições discursivas que permitem identificar esse quadro no discurso que enaltece o papel do homem branco na História do Brasil, colocando os negros em posição totalmente subalterna.

Merece destaque a proximidade entre os negros e o demônio (próximos entre si espacialmente, mas também semelhantes na cor da pele e na posição de inferioridade, praticamente rastejando no chão) em contraste entre eles e os demais habitantes da

61 Américo, P. *A libertação dos escravos*, 1889. Óleo sobre tela, 138,5 cm x 199 cm. Acervo do Palácio dos Bandeirantes, São Paulo-SP, imagem do autor.

corte: a alvura da pele da princesa (sentada regamente em um trono dourado) e das cortesãs é a mesma alvura presente na pele dos anjos. A cena é compatível com um conto de fadas em pleno final feliz. O bem (anjos e brancos) vence, e o mal (demônios e negros) é reduzido à infâmia.

Pode-se dizer que, inserido na grade semântica do discurso representado pelo 13 de maio, o negro indefeso, inferior e rastejante (impuro) é a versão “negativa” (contrária) do negro enquanto pessoa forte e digna, fonte de resistência (na época da Lei Áurea, os focos de resistência negra estavam por todo o país, principalmente em quilombos como o de Palmares, entretanto os sentidos relacionados à força e à luta são apagados no quadro). A solução para a “maldade” dos negros é, ao invés de resistir e lutar contra o sistema dominante, ser humilde, dócil e aceitar a mão estendida que está disposta a ajudá-los, libertando-os da escravidão. Ao invés de rebelde, é preciso ser grato, humilde.

Trata-se, na verdade, de uma nova forma de submissão. Essa posição subalterna e passiva é aquela que os locutores do discurso do MN se recusam a aceitar. O que o discurso do 13 de maio apresenta como ato de bondade humanista, o discurso do MN lê como fantasia e mentira histórica. A produção de simulacros (manifestos na concretude linguística e imagética) é evidência da interincompreensão e das consequentes práticas discursivas, estabelecidas entre dois discursos que se constituem mutuamente.

Em relação ao Dia de Zumbi e da Consciência Negra, oficializado em nível nacional em 20 de novembro de 2011, pode-se dizer, retomando os dados aferidos, que a instituição desta data surge como uma forma de oposição, ou recusa, ao 13 de maio, data comemorativa da abolição da escravatura no Brasil. Esta última é descrita em vários excertos como “mentira histórica”, “propaganda política que favoreceu as elites” e “fruto da benevolência de uma princesa branca”, enfim, uma data que pouco contribuiu para a emancipação dos negros – daí a necessidade de uma outra data,

formulada pelos negros e dedicada à memória e à história do povo negro no Brasil.

## 1.4 ENTRE HISTÓRIA E MEMÓRIA: OS LUGARES DE MEMÓRIA

A instauração de uma nova data para lembrar e celebrar a história negra brasileira marca a presença da fórmula “consciência negra” entre o domínio da história e da memória. A importância da data 20 de novembro faz com que ela funcione, conforme já comentado, como uma paráfrase de Dia da Consciência Negra, o que a coloca na categoria de cronônimo (expressões como o 11 de setembro e o maio de 68): uma unidade histórico-discursiva que “condensa uma massa de lembranças, de imagens, de representações, assim como o lugar de encontro dos discursos que resistiram em nome do acontecimento”.<sup>62</sup> Um exemplo da relevância da data como articulação entre marcação histórica e dimensão discursiva é o excerto que segue:

(05) O espírito do *Vinte* é negro, popular e se aninha junto à família negra. [...] Continuidade étnico-racial com identidade cultural negra e poder político. Conjugadamente. Uma fórmula, três princípios. No espírito do *Vinte*. Ou raça, cultura, poder – em três palavras.<sup>63</sup>

Em (05), o Dia da Consciência Negra é referido como “o vinte” e corresponde a diversas questões, resumidas no texto de Silveira em três temas que se fundem, coincidentemente, no que ele chama de fórmula: “raça”, “cultura” e “poder”. É essa pregnância de “consciência negra” que levou a considerá-la como um “lugar de memória”.

<sup>62</sup> Moirand (2012, p. 15).

<sup>63</sup> Silveira (2003, p. 41, destaques acrescentados).

Distante da AD, o conceito citado foi cunhado pelo historiador francês Pierre Nora, nos anos 1980, como categoria que abrange aspectos materiais (um depósito de arquivos), funcionais (um manual, um testamento) e simbólicos (um minuto de silêncio). Valendo-se desses exemplos citados entre parênteses, o autor explica que os três aspectos coexistem: um lugar de memória é material “por seu conteúdo demográfico”; funcional “por garantir ao mesmo tempo a cristalização da lembrança e sua transmissão” e simbólico “por caracterizar um acontecimento ou uma experiência vivida”.<sup>64</sup>

Outros exemplos fornecidos pelo historiador são: um monumento, uma estátua ou pintura, um museu, arquivos, um símbolo, um evento etc. Porém, nem tudo se caracteriza como lugar de memória. Para tanto, o documento, o evento, o monumento, devem ser investidos de uma “vontade de memória”, devem ter em sua origem uma espécie de “intenção memorialista” que garanta sua identidade – “o que os constitui é um jogo da memória e da história, uma interação dos dois fatores que leva a sua sobredeterminação recíproca; sem essa vontade, os lugares de memória são lugares de história”.<sup>65</sup>

Ele acrescenta que

esses lugares nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais.<sup>66</sup>

Por outro lado, embora sejam “pilares onde a história se apoia”,

<sup>64</sup> Nora ([1984] 1993, p. 22).

<sup>65</sup> *Ibid.*, p. 23.

<sup>66</sup> *Ibid.*, p. 13.

encontram-se constantemente ameaçados: se a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los, eles não se tornariam lugares de memória. É este vai e vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento da história.<sup>67</sup>

À luz dessas reflexões, o Dia da Consciência Negra e todos os demais desdobramentos, consequências e contextos da fórmula “consciência negra” parecem caber perfeitamente na conceituação descrita. A ideia de que fosse nacionalmente estabelecido um dia – e um verdadeiro apelo ao engajamento social – a propósito dos negros e de demandas com as quais se identificassem está imbuída de intenção memorialista. A consciência negra, inclusive, se apresenta tanto em forma material quanto funcional e simbólica.

Com efeito, a fórmula se descola de seu contexto histórico imediato – o engajamento político/ideológico do MN – para circular de maneira intensa num universo discursivo mais amplo, cumprindo um de seus papéis, que é fazer lembrar: além de leis, documentos e folhetos político-partidários, a fórmula é encontrada em outros gêneros como notícias, editoriais, reportagens, peças publicitárias, charges, fotografia, música, poemas, artes plásticas etc.

Em diversas cidades brasileiras, como Poços de Caldas-MG, Rio de Janeiro-RJ, Salvador-BA, Santos-SP, há monumentos, estátuas ou até mesmo praças dedicados à “consciência negra”, com estátuas da personalidade homenageada nesse dia, Zumbi dos Palmares (vide imagens a seguir). Na cidade de São Paulo, por exemplo, encontra-se o Parque da Consciência Negra, uma extensa área de lazer localizada no bairro Cidade Tiradentes.

67 Nora ([1984] 1993, p. 13).



**Figura 3** Monumento a Zumbi, no Rio de Janeiro-RJ.

Fonte: imagem do autor.





**Figura 4** Monumento a Zumbi, em Santos-SP.

Fonte: imagem do autor.



**Figura 5** Monumento a Zumbi, em Salvador-BA.

Fonte: imagem do autor.

Também ocorrem no Brasil os já mencionados concursos de Beleza Negra e de Arte Negra, além de um movimento musical conhecido como Bossa Negra (em 1960, a cantora Elza Soares lançou um disco com esse nome) e de várias frentes militantes que fomentam a autoafirmação da cultura negra evocando conceitos como “orgulho negro” e “negritude”.

Em meio às ocorrências da fórmula e de suas paráfrases pelo espaço público, o elo entre história e memória vai se tornando mais forte, constituindo-se mutuamente nos discursos que sobre “consciência negra”.

A importância da memória no funcionamento dos discursos é atestada por vários linguistas e discursivistas.

Foi Jean-Jacques Courtine que introduziu o conceito de memória no campo de AD, articulando os trabalhos de Pêcheux e de Foucault:

O que entendemos pelo termo “memória discursiva” é distinto de toda memorização psicológica do tipo daquela cuja medida cronométrica os psicolinguistas se dedicam a produzir [...]. A noção de memória discursiva diz respeito à existência histórica do enunciado no interior de práticas discursivas regradas por aparelhos ideológicos; ela visa o que Foucault ([1971] 1996) levanta a propósito dos textos religiosos, jurídicos, literários, científicos, “discursos que originam um certo número de novos atos, de palavras que os retomam, os transformam ou falam deles, enfim, os discursos que, indefinidamente, para além de sua formulação, são ditos, permanecem ditos e estão ainda a dizer.”<sup>68</sup>

Paveau, que desenhou um percurso histórico e epistemológico da noção de memória discursiva, aponta um enfraquecimento da noção de memória discursiva nas pesquisas, na medida em que a aproximam do indivíduo ou a restringem ao texto, ou seja, a afastam do condicionamento histórico-ideológico tão caro à AD. Além desse aspecto, segundo a autora, há um fato curioso: o autor que primeiro levantou a questão da memória na AD, Courtine, parece ter abandonado esse tema, dando margem a um efeito de “errância” para a noção, deixando-a, de certo modo, órfã.<sup>69</sup>

<sup>68</sup> Courtine ([1981] 2009, p. 105-106).

<sup>69</sup> Cf. Paveau (2007).

A linguista francesa tenta resolver a incompatibilidade entre os estudos da cognição e a AD, aproximando a memória justamente daquilo que poderia desqualificá-la enquanto objeto de interesse para a AD: a autora propõe o funcionamento de uma memória cognitivo-discursiva.

Nós a definimos, em nossa perspectiva (que amplia os agentes de distribuição aos elementos não artefaturais como os sentimentos e valores), como um processo de transmissão sincrônica e diacrônica de quadros pré-discursivos coletivos, esses últimos (conhecimentos enciclopédicos, crenças, emoções, percepções) sendo distribuídos de maneira colaboradora entre os agentes humanos e não humanos graças aos organizadores psíquicos internos, mas igualmente externos (ferramentas discursivas como a lista, o dicionário, o quadro, o memento, o guia de conversação, ou, mais amplamente, semióticos como as cores, as insígnias, as roupas etc.). [...] Vislumbrar uma memória cognitivo-discursiva é ultrapassar uma concepção estática para adotar uma concepção dinâmica que faz da memória um verdadeiro operador pré-discursivo e discursivo.<sup>70</sup>

Nessa perspectiva, os saberes, crenças, pensamentos etc., estão sempre articulados com o chamado “mundo exterior” e não simplesmente encapsulados no interior de “módulos internos”. Para deixar claro o aspecto não psicológico de sua proposta, Paveau alude aos estudos de Halbwachs sobre a memória coletiva:

---

70 Paveau (2007, p. 5).

Contra a ideia de que a lembrança é individual, Halbwachs mostra que a ilusão de lembrar-se por si mesmo é devida à insensibilidade em relação à influência do meio social. Contra a tese da espontaneidade natural, ele defende aquela do encontro, no indivíduo, de correntes de opinião que têm uma realidade objetiva fora dele.<sup>71</sup>

A autora observa que a noção de memória coletiva em Halbwachs “se articula bem com a posição dos analistas do discurso sobre as produções dos locutores: os discursos são tanto imagens da realidade quanto construções dessa realidade”, dessa forma, continua ela, “o passado não escapa à regra: a memória do discurso constrói o passado ao mesmo tempo que ela o restitui, pois, toda a restituição é reconstrução”.<sup>72</sup>

Ainda sobre a coletividade da/na memória, Le Goff acrescenta, fazendo referência ao trabalho de Nora, que

não podemos nos esquecer que os verdadeiros lugares de memória são aqueles onde se deve procurar, não a sua elaboração, nem produção, mas os criadores e os denominadores da memória coletiva: meios sociais e políticos, comunidades de experiências históricas ou de gerações, levadas a constituir os seus arquivos em função dos usos diferentes que fazem da memória.<sup>73</sup>

A partir desse quadro teórico, deslocado para a AD, Paveau refina sua proposta sobre memória diferenciando três dimensões que se complementam: (i) a *reconhecimento*, como processo cognitivo

71 Paveau (2007, p. 3).

72 *Id.*, 2013, p. 93.

73 Le Goff (1990, p. 473).

dinâmico em que se (re)criam versões do mundo, recategorizando-o; (ii) os *laços memoriais*, que abrangem o lugar da história na memória, funcionando como um lugar de memória compartilhado por uma coletividade, por exemplo, um nome próprio de acontecimento, que evoca toda uma gama de eventos, valores, ícones visuais e prototípicos etc.; (iii) e a *dimensão afetiva/emocional* ou estados mentais e afetivos que marcam a apreensão e a distribuição dos objetos pela memória, sendo esta última dimensão praticamente inexplorada pelos analistas do discurso.

Na concepção do estudo sobre “consciência negra”, em relação à memória discursiva, a fórmula atua como peça-chave no *start* das engrenagens que colocam em movimento memória e discurso.

Esse funcionamento pode ser observado no excerto (17), fruto de um noticiário televisivo transmitido um dia após o Dia da Consciência Negra, portanto, 21 de novembro, em que a apresentadora aparece vestida de branco, falando sobre o trânsito na manhã daquele dia. Seu comentário, entretanto, não se resume à condição das rodovias, pois ele contém um julgamento de valor, diz respeito a dizeres racistas segundo os quais negros supostamente não trabalham, são preguiçosos etc. Vejamos:

(06) “Hoje é dia de branco, dia de trabalhar”, diz âncora após feriado da consciência negra. A apresentadora Neila Medeiros fez um comentário polêmico durante a edição do Notícias da Manhã desta segunda-feira (21/11/2014). Enquanto a repórter Carolina Aguidas comentou que muitas pessoas ainda voltavam de viagem nesta manhã, exibindo imagens sobre a lentidão no trânsito na volta do feriado da Consciência Negra, a âncora disse: “E hoje é dia de branco, não é, Carol? Dia de trabalhar!”<sup>74</sup>

74 Artigo não assinado. Hoje é dia de branco, dia de trabalhar. *Portal Imprensa*, 24 nov. 2014. Disponível em: <https://goo.gl/Asm88Y>. Acesso em: 22 ago. 2023.

Recorrendo às três dimensões memoriais propostas por Pa-veau, é possível tecer a seguinte análise, dividida em três tópicos:

Primeiro, quanto à reconhecimento: quando a jornalista, ao comentar uma notícia sobre a lentidão no trânsito, classifica “dia de branco” como “dia de trabalhar”, ela simultaneamente recategoriza aquela enunciação, passando a falar de diferenças étnicas e éticas, ao invés de diferenças no fluxo rodoviário e também categoriza “dia de branco” em um polo semântico positivo, em oposição a “dia de negro”. Essa reconhecimento não se nutre na cognição biológica, no sentido corrente de “ter boa memória”, ser inteligente, (“sacar” que o Dia da Consciência Negra poderia ser parafraseado como “dia de preto”, ou seja, um dia em que supostamente não se trabalha), mas sim de evocar categorias preexistentes, de acordo com o discurso em que se insere (o discurso que qualifica o ato de trabalhar como bom/moralizante, típico do indivíduo produtivo, ao contrário de não trabalhar, imoralidade típica de pessoas improdutivas para a sociedade, o que conota os negros como preguiçosos). Esse processo de categorização, ao mesmo tempo em que obedece ao sistema de restrições semânticas expressas a propósito da interincompreensão abordada anteriormente, cria as versões do mundo mencionadas há pouco.

Segundo, baseando-se nos laços memoriais, pode-se dizer que o excerto analisado retoma, mas também ele mesmo se constitui, um lugar de memória ao invocar o Dia da Consciência Negra – nome próprio de acontecimento que se mantém como um estandarte memorial, um ponto de referência histórico para o qual a enunciação aponta (e categoriza, conforme visto no item imediatamente anterior). O dia 20 de novembro (e tudo o que ele representa) se torna o evento que precisa ser lembrado pela coletividade de ouvintes/leitores que estão assistindo ao telejornal ou lendo a notícia sobre essa emissão jornalística, para que se produza sentido. O enunciado específico de Neila Medeiros, por exemplo, atualiza um conhecimento socialmente compartilhado – o lugar-comum segundo o qual “dia de branco” é um dia em que se

trabalha muito, arduamente e sem descanso. De maneira análoga, atualizam-se também velhos ditos populares preconceituosos como “serviço de preto”, quando alguém realiza um trabalho mal feito, inacabado, assim como a injunção “faça serviço de branco!”, quando alguém (racista, não custa dizer) exige que lhe seja entregue um excelente trabalho.<sup>75</sup>

Terceiro, quanto à dimensão afetiva/emocional da memória (pouco explorada pela AD, segundo a autora), pode-se esboçar uma descrição, a partir dos dados da pesquisa, levando em conta a ironia presente no enunciado “E hoje é dia de branco, não é, Carol? Dia de trabalhar!”. Embora não seja expressa em sua estrutura clássica (quando se faz uma afirmação exatamente contrária ao que se quer dizer) a ironia presente no enunciado demonstra, por um lado, uma posição crítica ao feriado da Consciência Negra e, por outro, um deboche que não significa outra coisa senão a pretensiosa superioridade de estar do lado dos brancos “virtuosos” e não dos negros “preguiçosos”. Na tentativa de relacionar a dimensão afetiva da memória ao enunciado concreto, somos levados à constatação de que somente o ódio racista poderia levar alguém a manifestar publicamente seu descontentamento com um feriado dedicado aos negros, sendo porta-voz de um discurso ofensivo sobre a suposta preguiça ou vagabundagem atribuída aos negros em ditos populares como “hoje é dia de branco”.

Com essas considerações, é possível afirmar que o fato de funcionar como um “lugar de memória” ressalta os aspectos polêmicos da fórmula, uma vez que a tensão entre lembrar e esquecer desperta as incompatibilidades dos discursos e de seus representantes.

A respeito dessa turbulência causada pelas fórmulas, Fiala e Ebel afirmam que

75 Exemplos da expressão racista “fazer serviço de branco” podem ser encontrados nas seguintes notícias: “Vereador diz que prefeitura precisa fazer serviço de branco”, *GI Mato Grosso*, disponível em: <https://goo.gl/NA6QJb>, e também em “Você tem que fazer serviço de branco para ficar bem feito”, *Geledés*. Disponível em: <https://goo.gl/ZzB1x3>. Acesso em: 20 ago. 2023.



em certo estado das relações de forças sociais, surgem fórmulas em relação às quais o conjunto de forças sociais e locutores são coagidos a tomar posição, a defini-las, a combatê-las ou aprová-las, mas em qualquer dos casos, a fazê-las circular de uma maneira ou de outra.<sup>76</sup>

As várias forças sociais não permanecem incólumes diante da intensa circulação. À guisa de exemplo, o texto a seguir, um decreto municipal emitido pela Câmara de Vereadores da cidade de Sertãozinho-SP, é uma amostra de como a fórmula funciona convocando os atores sociais a assumirem um posicionamento, a retomarem ou combaterem seu(s) sentido(s) e, de uma forma ou de outra, a discuti-la, fazendo lembrar certos fatos, em detrimento de outros.

---

76 Fiala e Ebel (1983, p. 174).

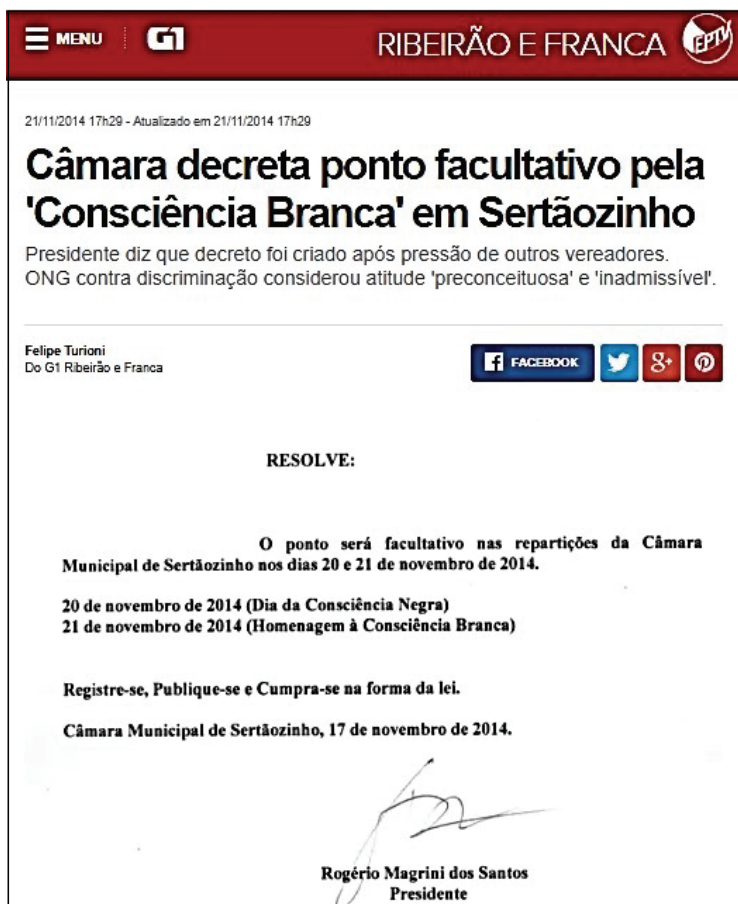


Figura 6 Printscreen do site G1.<sup>77</sup>

(07) Câmara decreta ponto facultativo pela “Consciência Branca” em Sertãozinho. Presidente diz que decreto foi criado após pres-

<sup>77</sup> Turioni, F. Câmara decreta ponto facultativo pela Consciência Branca. *G1 Ribeirão e Franca*, 21 nov. 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2014/11/camara-decreta-ponto-facultativo-pela-consciencia-branca-em-sertaozinho.html>. Acesso em: 19 jun. 2023.

são de outros vereadores. ONG contra discriminação considerou atitude “preconceituosa” e “inadmissível”.<sup>78</sup>

A mesma polêmica materializada em (06) surge também nessa notícia (07) no portal G1. Entretanto, em vez de apenas “lamentar” que haja um feriado para o Dia da Consciência Negra, a câmara dos vereadores de Sertãozinho-SP decretou ponto facultativo no dia subsequente, 21 de novembro, eleito como uma “homenagem” à consciência branca, visando o *status* de Dia da Consciência Branca. Nesse caso, o decreto é promulgado movido pela memória (recente) de que há um dia dedicado aos negros, oficializado três anos antes, mas ele mesmo se constitui como um novo lugar de memória, um “laço memorial”, da mesma forma em que atua recategorizando o mundo (se há um dia para lembrar dos negros, haveria que se acrescentar um dia para lembrar dos brancos) e manifestando um estrato emocional (nesse caso, um incômodo ou ressentimento) em relação ao Dia da Consciência Negra.

Mas outros discursos dividem este mesmo acontecimento. Segundo a notícia, uma organização não governamental se posicionou contra a oficialização deste decreto, que julgou “preconceituosa e inadmissível”. O próprio autor do decreto se defendeu dizendo que agiu por pressão de outros vereadores, o que evidencia a presença de ainda outro discurso, aquele das alianças políticas em prol de apoio mútuo e contrárias à ética. Nessa sequência de ações, ganha relevo a maneira como a fórmula mobiliza posicionamentos e atitudes. Ela denuncia discursos e formações discursivas, posições racistas, antirracistas ou pretensamente neutras.

Retomando brevemente as propostas de Maingueneau sobre a interincompreensão, evidencia-se, mais uma vez, que a identidade dos discursos não se apresenta apenas em enunciados,

78 Turioni, F. Câmara decreta ponto facultativo pela “consciência branca”. *G1 Ribeirão e Franca*, 21 nov. 2014. Disponível em: <https://goo.gl/kt42oz>. Acesso em: 19 jun. 2023.

mas também em práticas cotidianas que correspondem a um posicionamento específico e configuram a exploração sistemática do mesmo núcleo semântico.

Dessa forma, o sistema de restrições semânticas, para além do enunciado e da enunciação, permite tornar os textos produzidos por esse posicionamento comensuráveis com uma espécie de “rede institucional” ou de um “grupo” (assim como a um “laço memorial”, acrescente-se), aquele que a enunciação discursiva ao mesmo tempo supõe e torna possível.<sup>79</sup> Ainda que os locutores tentem se “defender” e digam que não se trata de uma suposta prática racista, a proposta de um Dia da Consciência Branca indica que há uma comunidade (ainda que não formalmente assumida) composta daqueles que se incomodam com a existência de um dia dedicado à “consciência negra” e que, de alguma forma, são movidos a marcar (de fato, impor, fazer lembrar) a presença dos brancos frente às demandas dos negros, conforme veremos adiante.

Considerar a fórmula como “lugar de memória” é uma maneira de explicitar seu caráter histórico e de demonstrar como ela participa da história de uma comunidade (um grupo, um espaço social ou mesmo um país). Uma vez que não é meramente cronológica, a história que a memória discursiva faz emergir ou esquecer, sob os auspícios da fórmula, se estratifica em diferentes durações. Com efeito, essa propriedade de atuar como agente mobilizador da memória discursiva, que aqui proponho como parte essencial do funcionamento formulaico, coloca a fórmula no centro da problemática apontada por Possenti, a saber, a importância das durações históricas na descrição dos discursos, em especial, dos acontecimentos discursivos.

Para o autor citado,

---

79 Maingueneau ([1984] 2008a, p. 88).

a História faz “convênio” com a AD, em geral, na exposição das condições de produção dos discursos. Tipicamente, essas condições são definidas de forma a torná-las bastante homogêneas: descreve-se um evento X, que corresponderia ao discurso Y, que dele decorreria ou que ele permitiria pôr em circulação; a tese é que, sem tal evento, tal discurso não existiria ou, pelo menos, não circularia. [...] raramente se trata do interdiscurso ou da “inter-história”, isto é, dos outros discursos que convivem com o *corpus* analisado e dos fenômenos históricos coexistentes.<sup>80</sup>

Nos casos analisados há pouco, pode-se dizer que a memória recorre a eventos de curtíssima e média duração histórica. Em (06) evoca-se o feriado do dia 20 de novembro, que aconteceu no dia anterior à reportagem em análise, que foi veiculada dia 21 de novembro, assim como evocam-se estereótipos negativos, de origem temporal menos localizável, mas mesmo assim mais “acessíveis”, já que fazem parte de um certo lugar comum racista, segundo o qual o negro seria preguiçoso e, portanto, um dia em que se trabalha é um “dia de branco”. De maneira semelhante, em (07) a publicação da “homenagem” à Consciência Branca em Sertãozinho aconteceu três anos depois da instauração do Dia Nacional da Consciência Negra naquela cidade, em período bem curto, em termos de duração histórica.

Por outro lado, nos dois casos a seguir, talvez fique mais claro que se trata da questão – e a relevância – das durações históricas, presentificadas pela operação da memória, no funcionamento dos discursos. Trata-se de duas propagandas veiculadas a propósito

80 Possenti (2015, p. 49).

do Dia da Consciência Negra, ambas de grandes bancos brasileiros.



**Figura 7** Propaganda do Banco Itaú.

Fonte: Borges.<sup>81</sup>

(08) Ter consciência do futuro é pensar sobre o valor que as diferenças têm para a concepção de um mundo mais interessante. Vivemos num país de diferenças, em que a diversidade de culturas, crenças, raças e ideias estão presentes no nosso dia a dia. O Itaú investe na diversidade ao valorizar as diferenças como forma de promover sua performance, e estimula a inclusão com oportunidades iguais aos seus profissionais. O Dia da Consciência Negra é

81 Borges, F. O negro na mídia. *Reflexão Geral*, 31 jul. 2011. Disponível em: <https://goo.gl/kBHgPG>. Acesso em: 19 jun. 2023.

uma data para pensar no futuro e agir em favor da diversidade, para construir uma sociedade mais igualitária e melhor para todos nós.  
20 de novembro: Dia da Consciência Negra.



**Figura 8** Propaganda da Caixa Econômica Federal.<sup>82</sup>

(09) Encontrei minhas origens / em velhos arquivos / livros En-  
contrei / em malditos objetos / troncos e grilhetas  
Encontrei minhas origens / no leste / no mar em imundos tumbei-  
ros Encontrei / em doces palavras / cantos / em furiosos tambores  
/ ritos

Encontrei minhas origens / na cor da minha pele / nos lanhos de  
minha alma / em mim em minha gente escura / em meus heróis  
altivos

Encontrei / encontrei-as enfim / me encontrei

82 Publicação não assinada. Dia Nacional da Consciência Negra. *Ambaí Notícias*, 20 nov. 2015. Disponível em: <https://goo.gl/EgBgyD>. Acesso em: 19 jun. 2023.

Os dois anúncios publicitários são evidências, mais uma vez, do valor injuntivo da fórmula “consciência negra” enquanto referente social, de seu papel mobilizador de discursos. Retomando a citação de Fiala e Ebel, “o conjunto de forças sociais e locutores são coagidos a tomar posição, a defini-las, a combatê-las ou aprová-las, [...] a fazê-las circular de uma maneira ou de outra”.<sup>83</sup> No enfoque aqui pretendido, as duas propagandas enunciam e “fazem circular” a fórmula em questão, parecem apoiar ou celebrar a fórmula e o que ela representa, mas, importa destacar, isso não acontece da mesma maneira e nem corresponde ao mesmo posicionamento em relação à questão da consciência negra. A diferenciação pode ser feita analisando o funcionamento da memória nesses textos, assim como as durações históricas presentes em seus discursos.

Na propaganda do Itaú, embora se fale em valorização das diferenças e em diversidade de culturas, crenças, raças, o discurso materializado no texto aponta para o futuro sem fazer qualquer referência à cultura negra ou ao seu passado (diferentemente da segunda propaganda). Não há “laços memoriais”, embora haja uma categorização do mundo, para ser mais exato, uma recategorização do que é (deveria ser para este discurso) a data celebrada.

O enunciado “O Dia da Consciência Negra é uma data para pensar no futuro” revela esse posicionamento. É relativamente estável esse discurso que propõe “esquecer” os traços que possam diferenciar os cidadãos, nem sequer falar deles, pois este seria o melhor caminho para “construir” a igualdade. Segundo esse posicionamento, é preciso “apresentar-se” como igual para ser tratado como igual, e a menção a dias específicos como o Dia da Consciência Negra produziria racismo, ao invés de combatê-lo. Coerções desse tipo levaram ao cancelamento do feriado em 20 de novembro na cidade de Curitiba.<sup>84</sup>

83 Fiala e Ebel (1983, p. 174).

84 Moraes, E. Tribunal de Justiça “branco” proíbe feriado do Dia da Consciência Negra em Curitiba. *Blog do Esmael*, 4 nov. 2013. Disponível em: <https://www.esmaelmoraes.com.br/tribunal-de-justica->



Outra marca da suposta igualdade aparece no uso do pronome “nós” associado à construção de uma “sociedade melhor para todos”. Sabe-se que a própria existência de grandes conglomerados bancários impede a igualdade de condições a todos, de forma que dificilmente o pronome citado comportará as classes sociais mais baixas que, historicamente, são formadas por maioria negra. Além disso, o que é melhor para as classes baixas, como poucas taxas na movimentação financeira e juros mínimos em empréstimos ou cartões de créditos, certamente não é o melhor para os proprietários dos bancos privados, voltados à exploração comercial da movimentação financeira.

A mesma assincronia pode ser aplicada ao conceito de “igual”. De acordo com Barros, “o discurso de assimilação, que se apresenta como racional, procura transformar ‘o outro’ em ‘nós’, baseado na certeza de que nosso modo de vida e a nossa visão de mundo são melhores e mais razoáveis que os do outro”.<sup>85</sup>

Landowski, no quadro teórico da semiótica, exemplifica esse processo de assimilação na expressão de “triumfante vulgaridade: ‘ser/fazer como todo mundo’”,<sup>86</sup> nesse sentido, não se advoga a “superioridade” de um grupo ou comunidade, mas argumenta-se em favor da suposta “igualdade” na qual é preciso que o “diferente” (o imigrante, o estrangeiro etc.) “seja igual a todo mundo” – desde que “todo mundo” seja o grupo dominante.

É em razão desse processo (entendido como parte do funcionamento da semântica global dos discursos) que, na absoluta maioria das vezes, os discursos revestidos de uma aura tolerante – discursos dominantes, ou próximos destes – predicam a igualdade como partindo do outro para si, ou seja, “ser igual a” quer dizer “ser igual a mim”, deixar sua singularidade para formatar-se ao “padrão”, nesse caso específico, ao padrão representado pelo ho-

-branco-proibe-feriado-do-dia-da-consciencia-negra-em-curitiba/?amp=1. Acesso em: 13 dez. 2023.

85 Barros (2015, p. 62).

86 Landowski (2002, p. 5).

mem branco, hétero, cristão, urbano etc. O colo nu da modelo não parece ser a melhor forma de valorizar a “diversidade de culturas, crenças, raças” (que deveriam ser) evocadas pela menção ao Dia da Consciência Negra. Seus olhos fechados e seu riso compõem um semblante alienado incompatível com a seriedade do tema e da data. A invisibilidade das questões negras revela a incoerência da propaganda, que se pretende uma homenagem ao Dia dos Negros. Em termos de duração histórica, há o discurso de assimilação do outro, cuja presença é secular, tão longa quanto o discurso abertamente intolerante.

Por outro lado, a propaganda da Caixa Econômica Federal está inserida em outro discurso, aquele que faz vir à tona referências caras ao MN. O próprio anúncio publicitário, enquanto texto, se torna um artefato memorial, um suporte no qual a memória discursiva funciona evocando diversos elementos do discurso antirracista, fragmentos em forma de imagens (homens e mulheres negras representando áreas como o esporte, a religião, a música...) e gêneros textuais (um poema integralmente apresentado e uma legenda informando a data e o tema a ela dedicado).

As mulheres aparecem usando lenços e colares típicos da indumentária afroétnica. Há um homem esportista (embora um tanto clichê, aliar os negros ao sucesso nos esportes não deixa de ser um reconhecimento, além disso, esse não é o único campo social que figura na propaganda), um homem mais velho aparentemente regendo uma orquestra e um homem jovem ao fundo da composição, com torso despido e olhar sério. Das cinco pessoas retratadas, ele é o único sem camisa. Seu olhar distante, algo triste, é compatível com uma cena de escravidão, permitiria evocar-se, portanto, ainda que de forma discreta, o passado triste que marcou profundamente a história dos negros em diversas partes do mundo, especialmente no Brasil (corporifica, de certa forma, o próprio Zumbi dos Palmares), mas que, cabe dizer, não impediu os povos negros de ascenderem aos diversos campos culturais/sociais, como sugerido pela caracterização dos demais personagens.

Os sentidos que fazem rememorar o passado de escravidão e sofrimento, mas também aludem às conquistas e às vitórias dos negros, fazem parte de um contradiscurso que serviria como resposta às críticas (simulacros) do discurso racista que lê as narrativas dos tempos de escravidão como “vitimização”.

A referência à escravidão é mais clara no poema transcrito em (09). Houve o cuidado em escolher um poema de Oliveira da Silveira, autor considerado pelo MN como o “pai da consciência negra”. Esse “cuidado” na escolha do poema é, também, manifestação das coerções semânticas que derivam da grade semântica desse discurso e incidem sobre os atores ali inseridos, fazendo com que esses atores reproduzam apenas o que pode e deve ser dito da posição que ocupam. Em outras palavras, a escolha do poema não é aleatória, ou movida pelo gosto pessoal, mas fruto de uma *competência discursiva*,<sup>87</sup> que reproduz o enunciador ideal para um dado discurso.

O enunciador é alguém que procura suas origens, mas que começa sua trilha pela senda da “intelectualidade”, nos “velhos arquivos/livros” do primeiro verso. Impulsionadas pela memória, há alusões a grilhões, troncos (castigos infligidos pelos captores), mar e tumbeiros ao leste (a vinda de africanos escravizados em navios negreiros). Há ainda outras referências ao sofrimento (“lanhos de minha alma”), em contraste com sentimentos mais felizes (“doces palavras/cantos”, “heróis altivos”) que compõem um extrato altamente emocional como parte da “dimensão afetiva” da memória, mencionada por Paveau.

Levando em conta o eu lírico do poema, os enunciados encenam uma narrativa que, embora pautada pela tristeza nos primeiros versos, termina de forma positiva: o locutor eu lírico ignorava suas origens, não se conhecia enquanto portador de uma identidade, condição que vai mudando ao longo do poema ao encontrar sua gente, seus heróis e, enfim, encontrar a si mesmo.

87 Maingueneau ([1984] 2008a).

Mais do que (re)lembrar questões do universo negro, a propaganda deu voz a um enunciador que fala a partir da posição do negro. Na cenografia do poema, o fiador é um homem negro, preocupado com sua história e seus ancestrais, alguém que sofre com o sofrimento dos seus e se reconhece apenas depois de plenamente consciente e integrado à coletividade étnica a que agora tem consciência de pertencer. A propaganda é produto – e veicula discurso negro. Esse aspecto é imprescindível para se identificar o discurso antirracista, conforme salientado por Kilomba, citada no início deste capítulo. De acordo com a autora, é da natureza do discurso racista colocar o outro/negro em posição de objeto e não de sujeito. Não se trata, segundo ela, de falta de interesse ou resistência, mas sim de falta de acesso para que os negros se representem como eles mesmos, e acrescenta: “isso não significa que estejamos calados, mas que nossas vozes têm sido sistematicamente desqualificadas ou ignoradas”<sup>88</sup>.

Assim, ainda comparando (08) e (09), o enunciador da propaganda do Itaú encarna o próprio banco, é uma voz que fala em nome da empresa e de seus interesses. O léxico é adequado ao contexto empresarial, “promover performance”, “estimular oportunidades”, os verbos são “investir”, “promover”, “estimular”, “agir”, “construir”. Trata-se do discurso empreendedor, aliado às injunções típicas da publicidade. O discurso de superioridade branca presente nesse texto publicitário é de longa duração, enquanto os discursos de assimilação, assim como o empreendedor e o publicitário, são de duração menor. O que parece importar é o fato de que todos esses discursos colaboram para a invisibilidade das demandas negras e do discurso da consciência negra. O “mundo interessante” ao qual alude a propaganda parece ser um mundo em que não se fala de racismo ou injustiças ou dívidas históricas.

88 Kilomba (2008, p. 28, tradução nossa).

Na propaganda da Caixa, há o discurso antirracista, em circulação há menos de dois séculos, discursos que funcionam presos às memórias da narrativa sobre o regime escravocrata, de maior duração temporal, até pelo caráter histórico dos fatos relatados (a descrição do tráfico de africanos escravizados, por exemplo), aliados ao discurso bem mais recente, que trata da autoconscientização e da importância em sentir-se parte da comunidade negra e, enfim, o discurso característico do Movimento da Consciência Negra. Neste caso, os discursos convergem para dar voz à história negra, ainda que a propaganda veicule carga semântica disfórica, o que poderia ser uma péssima estratégia de marketing para um banco, por um lado. Por outro, o texto se torna praticamente um libelo antirracista e, assim, acaba atraindo a atenção para a marca/empresa.

O discurso produzido por textos como a propaganda do Banco Itaú, na qual há um apagamento das demandas do MN, corresponde, de certa forma, ao que Paveau, inspirada no trabalho de Régine Robin (2001), denomina de *desmemória discursiva*, assim como a proposta de um novo dia (20 de novembro) como data negra em vez do 13 de maio, ainda que não sejam exemplos prototípicos de desmemória.

De acordo com Paveau, a desmemória discursiva designa

um conjunto de fenômenos de desligamento das lembranças e inserções dos nomes no fio memorial do discurso. Existem inúmeros processos a serviço da desmemória no que tange, particularmente, aos elementos ligados ao sentido e ao referente das palavras. [...] [Trata-se] de um conjunto de fenômenos de discurso que permitem a revisão das linhagens discursivas, isto é, transmissões semânticas cultural e socialmente asseguradas pelas ferramentas de

tecnologia discursiva (as placas de rua, por exemplo). Essas revisões podem ser as mudanças semânticas, os neologismos semânticos, as redenominações, as reformulações etc. Em suma, um conjunto de fenômenos linguageiros que vão produzir efeitos transgressivos ou contraintuitivos em um contexto em que reine um acordo semântico, histórico e até mesmo ético.<sup>89</sup>

Para ser considerado um caso exemplar de desmemória, o Dia da Consciência Negra deveria ser comemorado no dia 13 de maio, como uma tentativa de “substituir” as memórias evocadas pela abolição da escravatura, tal como é lembrada tradicionalmente, provocando o “desligamento de lembranças” mencionado pela analista de discurso. Isso corresponderia aos casos de “desbatismo” de monumentos e ruas que homenageiam datas e personalidades antiéticas ou amorais, citados pela autora.

Invisibilizar a agenda negra, por outro lado, é um exemplo bastante típico de esquecimento – prática de desmemória imposta pelo discurso racista, dissimulado de discurso antirracista, como na propaganda do Itaú em “comemoração” ao 20 de novembro. Propor o Dia da Consciência Humana no lugar do Dia da Consciência Negra é outro exemplo desse mesmo fenômeno.

Sem me estender na questão da desmemória, saliento, mais uma vez, que o aspecto memorial é de fato muito importante no funcionamento das fórmulas como objetos de discurso: compete às fórmulas não só fazer lembrar este ou aquele acontecimento, esta ou aquela informação, mas também fazer esquecer fatos, informações e acontecimentos diversos. Cito brevemente três casos que servem de base ao argumento da fórmula como lugar de memória, especificamente como exemplos da tensão entre lembrar e esquecer.

89 Paveau (2013, p. 156-157).

Nas ocorrências da fórmula “educação a distância”, por exemplo, há um discurso que rejeita essa expressão, pois ela rememora os antigos telecurtos e cursos por correspondência, que comumente são usados como sinônimos de falta de qualidade. Por essa razão são propostas reformulações como “aprendizagem a distância” e “ensino a distância” ou mesmo “educação online” e “educação digital”, que conferem uma desejável modernidade às modalidades não presenciais de estudo. Muito embora continuem sendo, tecnicamente, modalidades de “educação a distância”, esta última formulação praticamente não aparece nos textos publicitários de cursos a distância contemporâneos.<sup>90</sup>

Na circulação das fórmulas “futebol arte” e “futebol moleque” distingue-se um discurso sobre brasilidade, que deságua em um discurso sobre o que se considera o “verdadeiro” futebol brasileiro. Esse futebol *made in Brazil* não se joga apenas em campos profissionais, mas (sobretudo) em campinhos de bairro, em praias e em gramados de praça. Para entender as ligações entre essa prática esportiva (e amadora) e a constituição da “personalidade brasileira”, passando pela ideia que fazemos sobre o que é “arte” e o que é ser “moleque”, “recorre-se a uma memória que se (re)constrói continuamente em (e por meio de) cenas validadas que retratam um jogador alegre e imprevisível, na figura de um moleque, ao mesmo tempo em que é genial e inimitável, na figura de um artista”.<sup>91</sup>

Nas ocorrências da expressão formulaica “(não) fazer a lição de casa”, a tensão entre lembrar e esquecer é bastante peculiar: ora a fórmula opera rememorando os sentidos “originais” relacionados ao ambiente escolar (cumprir com uma obrigação, corresponder aos anseios de superiores, seguir as diretrizes daqueles que sabem e podem ensinar...), ora ela produz sentidos específicos ao seu contexto de emergência (sentidos específicos

<sup>90</sup> Oliveira (2013).

<sup>91</sup> Vilela-Ardenghi *et al.* (2014, p. 92).

relacionados ao campo acadêmico, campo político, campo esportivo, campo econômico e campo jornalístico). Um dos exemplos apresentados nessa análise (sobre a entrevista de uma candidata à vice-presidência dos EUA, conhecida pelas muitas gafes que costuma cometer) mostra que só é possível compreender o sentido de “fazer a lição de casa” atribuído a uma personalidade pública que seria entrevistada na TV, se se tivesse acesso a uma memória muito específica, em um contexto em que os sentidos escolares da expressão em quase nada ajudariam.<sup>92</sup>

Assim, se “as palavras têm uma memória”,<sup>93</sup> então formulações peculiares como as fórmulas discursivas têm um papel ainda mais relevante na compreensão da memória discursiva. Considerando os casos de “consciência negra” e também os mencionados há pouco, as fórmulas são justamente um dos “lugares de inscrição da memória interdiscursiva” sobre os quais fala Moirand.<sup>94</sup>

Não se trata de uma memória que seja imediatamente localizável, voluntária e consciente, meramente impressa ou expressa em estátuas, monumentos, praças, bandeiras, pronta para ser “recuperada”. No que diz respeito ao funcionamento da fórmula, ela é um lugar de memória sempre fluido, em processo, lugar de tensões e instabilidades. Trata-se, então, de constituir-se como um lugar de (re)construção memorial.

## 1.5 O QUE PODEMOS ENXERGAR ATÉ AQUI

As análises pretenderam mostrar que uma unidade lexical não nasce fórmula, mas se torna uma, a depender dos usos sociais que a tomam como referente, dos debates que ela suscita, da intensidade com que circula e dos espaços nos quais passa a aparecer.

92 Possenti (2010, p. 115).

93 *Ibid.* (2004, p. 49).

94 *Ibid. apud* Paveau, 2013, p. 107.



Encontraram-se evidências de que o sintagma em questão nem sempre foi uma fórmula e, em consequência disso, haveria um período em que as ocorrências de “consciência negra” não causavam polêmica, ou, se aconteciam, eram bastante localizadas, sem dispersão midiática e amplitude social expressiva.

A análise demonstra que a gênese da fórmula “consciência negra” é interdiscursiva, ou seja, funda-se numa relação polêmica constitutiva da própria identidade do discurso do MN, em cujo seio essa fórmula vai se estabelecendo. O sintagma “consciência negra” é portador de uma densidade histórica que se presentifica em sua circulação, apoiada em uma memória interdiscursiva e voltada a novas construções como “consciência humana”, “consciência branca”, “orgulho negro”, entre outras.

Localizada entre história e memória, a fórmula se apresenta como elo discursivo que liga essas duas instâncias, nos discursos em que figura. Tendo em vista o papel essencial – constitutivo – da memória nas ocorrências e na circulação das fórmulas, *funcionar como um lugar de memória*, no sentido discursivo do termo, apresenta-se como uma propriedade essencial de toda fórmula, um elemento identificador de sua natureza formulaica.<sup>95</sup>

Enfim, uma palavra ou sintagma se cristaliza e é alçado à condição de fórmula quando faz com que os locutores se sintam obrigados a se posicionar frente a sua ocorrência e, então, diante do entorno que ela suscita. Uma fórmula discursiva deve, por definição, incomodar.

95 Análises adicionais sobre o caráter memorial das fórmulas podem ser encontrados em Oliveira (2020), a propósito das fórmulas “BOVID-17” e “comunavírus”.

